



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-6 – Informação, Educação e Trabalho

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO DE MULHERES

INFORMATION LITERACY AND EMPOWERMENT OF WOMEN

Eliane Pellegrini – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Elizete Vieira Vitorino – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Karolyna Marin Herrera – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Apresenta uma reflexão acerca da ideia de competência em informação associada ao empoderamento, com vistas a delimitar um quadro teórico para uma investigação em nível de doutorado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, cujos resultados são oriundos de revisão bibliográfica. As reflexões iniciais evidenciam a importância de se delimitar o termo empoderamento a partir da perspectiva feminista para pesquisas que envolvam mulheres, bem como compreender a competência em informação como um processo coletivo de transformação da realidade social, principalmente, ao ser desenvolvido sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política.

Palavras-Chave: competência em informação; empoderamento; mulheres.

Abstract: *It presents a reflection on the idea of information literacy associated with empowerment, with a view to delimiting a theoretical framework for research, at the doctoral level. It's a qualitative and exploratory research, the results of which come from a bibliographic review. The initial reflections show the importance of delimiting the term empowerment from a feminist perspective for research involving women, as well as understanding the competence in information as a collective process of transformation of social reality, especially when it is developed under the focus of the dimensions technical, aesthetic, ethical and political.*

Keywords: *information literacy; empowerment; rural women.*

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação é um direito de todo ser humano e um elemento que, em sua essência, é instrumento de transformação (VITORINO; PIANTOLA, 2020; VITORINO, 2020) se devidamente utilizado. A relação que se estabelece entre o acesso e uso da informação é, nos dias de hoje, complexa e muitas vezes prejudicial às pessoas, carregada de incertezas,

ansiedades, manipulações, desinformação e outros fenômenos. Assim, compreendemos a capacidade de buscar, receber e comunicar informação como parte essencial do direito de acesso à informação, fundamental para a participação cidadã, para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, para a promoção dos direitos sociais (CUEVAS-CERVERÓ, 2020, p. 17, tradução nossa) e, principalmente, um instrumento que favorece o empoderamento em todos os níveis.

As desigualdades sociais e no acesso e uso da informação impulsionaram, nos últimos anos, no campo da Ciência da Informação, o surgimento de diálogos que aproximam a ideia de competência em informação ao processo de empoderamento das pessoas. De acordo com Weiner (2012), há um consenso crescente entre pesquisadores da área e organizações mundiais de que a competência em informação e seus afins - alfabetização digital e mídia, pensamento crítico, aprendizagem ao longo da vida etc. –, são essenciais para esse processo.

Entretanto, compreendemos que, quando nos referimos ao empoderamento de mulheres por meio do desenvolvimento da competência em informação, é importante delimitarmos o uso do termo, que apresenta características polissêmicas e tem sido utilizado de forma indiscriminada, principalmente, a partir da década de 1960. Além disso, para o estabelecimento de princípios e diretrizes ou para a proposição de políticas voltadas ao desenvolvimento da competência em informação das mulheres em âmbito brasileiro, na perspectiva do empoderamento, há a premência de se desenvolver abordagens substantivas e contextuais, que considerem as condições sociais e culturais as quais as mulheres estão submetidas em diferentes espaços, bem como, a necessidade fundamental de transformar as estruturas e equilibrar as relações de poder.

Dito isso, objetivamos neste artigo apresentar uma breve reflexão acerca da ideia de competência em informação associada ao empoderamento, com vistas a delimitar um quadro teórico para uma investigação, em nível de doutorado, que objetiva estabelecer princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais brasileiras. A reflexão teórica apresentada pode servir de apoio a outras pesquisas de gênero no âmbito da área de Ciência da Informação.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória. Os resultados aqui apresentados são oriundos de revisão bibliográfica. Recuperamos e revisamos relatórios produzidos em âmbito internacional e nacional, livros que tratam de competência em informação, empoderamento e demais assuntos relacionados à pesquisa, bem como, artigos

científicos. O levantamento de artigos científicos brasileiros ocorreu, principalmente, na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) e no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Para a recuperação de artigos publicados em fontes internacionais consultamos as bases: *Library and Information Science Abstracts* (LISA), especializada na área de Ciência da Informação, *Web of Science* (WoS) e *Scopus*, de conhecimento multidisciplinar que indexam periódicos das áreas de Ciências Sociais, Ciências Políticas, Ciências Humanas e Ciências Agrárias, relevantes para esta pesquisa. O acesso às bases internacionais se deu via Portal da Capes.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO

A utilização crescente do termo empoderamento se deu a partir da década de 1960 com a eclosão dos movimentos sociais emancipatórios - dos negros, das mulheres, dos homossexuais, movimentos pelos direitos da pessoa deficiente - relacionados ao exercício de cidadania e contra o sistema de opressão (BAQUERO, 2012).

Apesar de suas origens, na atualidade, ele tem sido usado para representar uma ampla gama de conceitos – autonomia, agência, status, poder econômico etc. –, com ênfases nem sempre bem demarcadas (MALHOTRA; SCHULER; BOENDER, 2002). Além do caráter polissêmico do termo empoderamento, também coexistem diferentes narrativas sobre o desejo de empoderar as mulheres que, segundo aponta León (2001), nem sempre se referem sua a origem emancipatória.

Uma dessas contradições recai sobre o objetivo maior do empoderamento das mulheres. As narrativas que, nas últimas décadas, ganharam destaque nas falas de instituições, órgãos e corporações internacionais de desenvolvimento, por exemplo, exaltam o desejo de capacitar as mulheres a realizarem seu “potencial,” o que nos oferece o chamado “empoderamento light”: “uma versão de empoderamento destituída de qualquer confrontação com as relações sociais e de poder subjacentes que produzem iniquidades sociais e materiais” (CORNWALL, 2018, p. 3). Essas narrativas, simplistas e neoliberais, contribuem para acomodar as mulheres “dentro das ordens sociais e de gênero existentes, que as colocam para trabalhar pelo desenvolvimento, em vez de fazer com que o desenvolvimento funcione para elas” (CORNWALL, 2018, p. 2). Essa versão de empoderamento, sob o ponto de vista da justiça social de Fraser (2010, 2012), causa na

sociedade globalizada um truncamento na visão de emancipação por enfatizar demasiadamente o aspecto econômico.

Outro ponto de divergência é expresso pelo debate entre o empoderamento individual e coletivo. De acordo com León (2001), para aqueles que o utilizam na área do indivíduo, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento é limitado ao senso de autoconfiança. Ele assume um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal, ou seja, "fazer as coisas por si mesmo". Esta é uma visão individualista, que leva a indicar como prioridade os sujeitos independentes e autônomos com um senso de autocontrole, desconhecendo as relações entre estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana dos indivíduos e grupos, desconectando-os do contexto sociopolítico, histórico, da solidariedade, da cooperação e o do significado de importar-se com o outro. A ideia de empoderamento individual pode ser uma ilusão simples e pura se não estiver conectada com o contexto e se não estiver relacionada a ações coletivas dentro de um processo político.

Isso não significa dizer que a dimensão individual esteja alijada do processo, ao contrário. Nenhum comportamento está sob o controle completo e voluntário do indivíduo, mas é parte de padrões de vida socialmente construídos e culturalmente imbricados. Assim, empoderamento individual e coletivo, de acordo com Berth (2019), são duas faces indissociáveis do mesmo processo, uma vez que uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento.

Dessa forma, para os estudos no âmbito da área de Ciência da Informação, é importante consideramos, com base em Kleba e Wendausen (2009), que o processo de empoderamento é dinâmico e envolve aspectos cognitivos, afetivos e condutuais. Além disso, para fins didáticos e avaliativos, pode ser compreendido a partir de três níveis interdependentes de dimensões da vida social: psicológica ou individual; grupal ou organizacional; e estrutural ou política.

A competência em informação, por sua vez, consiste em um processo e em práticas de aprendizagem que, dentre outros benefícios, permitem às pessoas que: desenvolvam a compreensão da realidade que as cerca; conheçam pontos de vista informados; quando apropriado, desafiem de forma credível e informada suposições e ortodoxias (incluindo as suas próprias), e até mesmo a autoridade; reconheçam preconceitos e desinformação; e, desta forma, sejam cidadãs comprometidas, ativas e capazes de participar da vida

democrática. Trata-se de um processo que ajuda a lidar com a exclusão social, fornecendo aos grupos desfavorecidos, marginalizados ou vulneráveis os meios para dar sentido ao mundo em torno deles (CILIP, 2018). Por isso, “a competência em informação é empoderadora e supõe uma contribuição fundamental às sociedades democráticas, inclusivas e participativas” (CILIP, 2018, p. 2, tradução nossa).

Apesar de ser um processo de concretização do potencial do indivíduo, o seu ciclo contempla atividades que vão desde a

conscientização da necessidade da informação, a atitude de busca, a mobilização de conhecimentos e habilidades para a construção da estratégia de busca, a seleção de fontes de informação, a pesquisa sobre a informação necessária, a seleção dos dados e informações coletados, com base na reflexão e análise crítica, a organização e utilização dessa informação visando uma mudança de estado (desconhecimento para conhecimento), até chegar ao aprendizado com a produção de novos conhecimentos e reuso das informações em benefício da coletividade, tendo como base o aprendizado ao longo da vida (DUDZIAK, 2011, p. 176).

Dessa forma, enquanto um processo coletivo, seu desenvolvimento tem sido apontado como aliado à construção da cidadania e como recurso para a inclusão digital, na medida em que acelera a superação das defasagens no acesso à informação (HATSCHBACH; OLINTO, 2008).

Isso significa que quando pensamos em uma sociedade justa, igualitária e inclusiva para as mulheres por meio do desenvolvimento da competência em informação, estamos considerando a importância da aquisição cognitiva de habilidades e comportamentos individuais para a busca, a análise e uso da informação, o desenvolvimento da sua “capacidade de estabelecer relações (internas e externas), de aprender por meio do diálogo, [...] e da ação comunicativa e intersubjetiva” (DUDZIAK, 2011, p. 178) em prol de si mesmas e do coletivo, a partir da tomada de consciência e do desenvolvimento do pensamento crítico. Consideramos, principalmente, que o processo de competência em informação, quando inserido na sociedade de forma ampla, por meio de políticas públicas, leva à uma transformação da realidade social.

Essa transformação centra-se na aprendizagem ao longo da vida, na elevação dos níveis educacionais e digitais das pessoas e na participação política e cidadã. Esses fatores, por sua vez, desencadeiam mudanças nos padrões de acesso e controle sobre os recursos

materiais¹, intelectuais² e ideológicos³, nos meios de comunicação, no mercado de trabalho, entre outras estruturas que reforçam e sustentam as relações de poder existentes na sociedade.

Tomando como base a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, em que o conceito de razão se baseia na relação sujeito-objeto a partir da ação comunicativa, e a pedagogia da emancipação de Paulo Freire, que converge para um movimento de práxis transformadora da sociedade tendo a dialética como base, considerando o mundo real como intrinsecamente dialético e contextualmente histórico, uma vez que construímos a realidade e somos construídos por ela, Dudziak (2011) evidencia que “a competência em informação é concebida como mobilização para a transformação de si e da sociedade”.

Sob esse enfoque, consideramos também, com base em Vitorino (2018), que quaisquer tentativas de teorizações e práticas que envolvam o desenvolvimento da competência em informação de grupos sociais marginalizados ou em vulnerabilidade, como as mulheres, devem estar calcadas nas seguintes dimensões: política, como instrumento de emancipação de cidadania; técnica, que se refere ao domínio dos recursos informacionais e da informação para a resolução de problemas, conflitos, lacunas, dúvidas; estética, que volta-se para o sensível, a criação, a inovação e a autonomia; e, ética, diretamente ligada ao pensamento crítico e base fundante de todo o processo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas, nos permitem evidenciar alguns aspectos importantes a serem considerados em investigações que envolvam mulheres no âmbito da área de Ciência da Informação.

Diante da polissemia e das contradições do uso do termo empoderamento, ao pensarmos no estabelecimento de princípios, diretrizes ou políticas públicas para o desenvolvimento da competência em informação, é fundamental assentarmos as bases das investigações na perspectiva feminista, que considera o empoderamento como sinônimo de

¹ Recursos materiais incluem recursos físicos, humanos, financeiros, tais como: terra, água, corpos, mão de obra, dinheiro, acesso à dinheiro, crédito etc. (BATLIWALA, 1994, p. 129 apud SARDENBERG, 2006).

² Os recursos intelectuais correspondem ao conhecimento, à informação e as ideias (BATLIWALA, 1994, p. 129 apud SARDENBERG, 2006).

³ A ideologia refere-se à capacidade de gerar, propagar, sustentar e institucionalizar determinados quadros de crenças, normas, valores, atitudes e comportamentos (BATLIWALA, 1994, p. 129 apud SARDENBERG, 2006).

emancipação social: processo que visa mudar os padrões prevalentes de acesso e controle sobre os recursos materiais e intelectuais, desafiar e questionar ideologias que justificam as desigualdades e transformar as instituições e estruturas sociais (BATLIWALA, 2007).

O desenvolvimento da competência em informação de mulheres, que envolve a consciência e o pensamento crítico, a aprendizagem ao longo da vida, as habilidades digitais, a capacidade de comunicação e a ação na perspectiva feminista do empoderamento, é essencial, por tratar-se de um processo e práticas de aprendizagem com potencial para a transformação da realidade social, principalmente, ao ser desenvolvido coletivamente sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social?: uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722/17099>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BATLIWALA, Srilatha. Taking the power out of empowerment: an experiential account. **Development in Practice**, Londres, v. 17, n. 4-5, p. 557-565, ago. 2007. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/25548253?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 29 abr. 2021.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.

CILIP. Definición de alfabetización informacional de CILIP, 2018. **Anales de Documentación**, v. 23, n. 1, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6018/analesdoc.373811>. Acesso em: 29 abr. 2021.

CORNWALL, Andrea. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, nov. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100202&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 29 abr. 2021.

CUEVAS-CERVERÓ, Aurora. Acceso a la información para la ciudadanía: el modelo europeo de competencias digitales Digcomp. In: FREIRE, Isa (org.). **Dez anos do LTI: Laboratório de Tecnologias Intelectuais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/205/795/6959-1>. Acesso em: 29 abr. 2021.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Em busca da pedagogia da emancipação na educação para a competência em informação sustentável. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 166-183, jul./dez. 2011. Disponível em:

https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1925/pdf_8. Acesso em: 29 abr. 2021.

FRASER, Nancy. **Escalas de justiça**. Ed. do Kindle. Barcelona: Herder Editorial, 2012. *E-book*.

FRASER, Nancy. Injustice at intersecting scales: on social exclusion and the global poor. **European Journal of Social Theory**, Nova Iorque, n. 13, p. 363-371, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1368431010371758>. Acesso em: 29 abr. 2021.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima; OLINTO, Gilda. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/64/78>. Acesso em: 29 abr. 2021.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, México, n. 13, p. 94-106, 2001. Disponível em: <http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/ppperiod/laventan/Ventana13/ventana13-4.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MALHOTRA, Anju; SCHULER, Sidney Ruth; BOENDER, Carol. **Measuring Women's Empowerment as a variable in international development**. Washington DC: Gender and Development Group of the World Bank, 2002. Disponível em: <https://www.ssatp.org/sites/ssatp/files/publications/HTML/Gender-RG/Source%20%20documents/Technical%20Reports/Gender%20Research/TEGEN5%20Measuring%20Women%27s%20Empowerment%20ICRW%202002.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Conceituando "Empoderamento" na perspectiva feminista**. Salvador: UFBA, 2006. Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da "vulnerabilidade em informação". **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 47 n. 2, p. 71-85, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/4187/3794>. Acesso em: 29 abr. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira. Construindo significados para a competência em informação. In: VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (org.). **As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política**. Porto Velho: EDUFRO, 2020. Disponível em: <http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. **Competência em informação**: conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação. Florianópolis: Ed. UFSC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/212553/E-book%20Compet%3%aaancia%20em%20informa%3%a7%c3%a3o%2031ago20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 abr. 2021.

WEINER, Sharon. A. Institutionalizing information literacy. **The Journal of Academic Librarianship**, [S. l.], v. 38, n. 5, p. 287-293, set. 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133312000766>. Acesso em: 29 abr. 2021.